

Resultado da Agenda Legislativa

De 03/06/2024 até 07/06/2024

Câmara Dos Deputados

03/06/2024 - segunda-feira

14:00

[Audiência Pública](#)

Local

CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Objetivo

Status

O impacto da reforma tributária sobre questões de gênero, com um foco particular nas estratégias de empresas de tabaco, álcool, e ultraprocessados e os conflitos de interesse com a saúde pública. Participantes Convidadas:

JULIANA FERREIRA Aliança de Controle do Tabagismo - ACT Promoção da Saúde

(Confirmada) LAURA CURY Aliança de Controle do Tabagismo - ACT Promoção da Saúde

(Confirmada) TATHIANE PISCITELLI Fundação Getúlio Vargas (Confirmada) DÉBORA MALTA

Universidade Federal de Minas Gerais

(Confirmada) Requerimento nº 9/2024, da

deputada Erika Kokay, subscrito pela deputada Ana Pimentel.

Encerrada (Final)

Anexo II, Plenário 14

14:30

[Reunião](#)

Local

CEDESAT - Comissão Especial destinada a estudar e analisar formas de prevenção e auxílio a desastres e calamidades naturais que vêm assolando o Território Nacional

Objetivo

Status

Discussão da seca crítica que assola o Estado da Bahia. Tema: Discussão do problema da grave seca que assola o Estado da Bahia.

Convidados: WALDEZ GÓES, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional; (A CONFIRMAR) NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA, Ministra de Estado da Saúde; (A CONFIRMAR) WOLNEI APARECIDO WOLFF BARREIROS, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; (A CONFIRMAR) SÓSTHENES TAVARES DE MACÊDO ALMEIDA, Cancelada
Diretor-Geral da Defesa Civil de Salvador; (CONFIRMADO) HEBER SANTANA, Superintendente de Proteção e Defesa do Estado da Bahia; (CONFIRMADO) HUMBERTO MIRANDA, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia; (A CONFIRMAR) MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. (A CONFIRMAR) (Requerimento nº 22/2023, do Dep. Leo Prates)

15:30

GTRETRIB - Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)

[Audiência Pública](#)

Local

Objetivo

Status

Normas gerais do IBS e da CBS sobre operações Audiência Pública TEMA: Normas Gerais do IBS e da CBS sobre operações
Convidados: MELINA ROCHA, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID(confirmada); ANTÔNIO CLARET DE SOUZA JÚNIOR, Procurador da Fazenda Nacional - PGFN (confirmado); ISAIAS COELHO, Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas - NEF/FGV (confirmado); RODOLFO TAMANAHA, Consultor Tributário do Movimento Brasil Competitivo - MBC (confirmado); FRANCISCO JAVIER SÁNCHEZ GALLARDO, Conselheiro de Finanças da Embaixada da Espanha no Brasil e Especialista em Imposto sobre Valor Adicionado (confirmado); FERNANDO FACURY SCAFF, Professor Titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (confirmado); HELENO TAVEIRA TORRES, Professor Titular de Direito Financeiro do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (confirmado); MARCOS PEREIRA VALADÃO, Pós-Doutor em Direito e Professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas em Brasília (confirmado); MARY ELBE QUEIROZ, Pós-Doutora em Direito Tributário (confirmada); BETINA GRUPENMACHER, Pós-Doutora em Direito Tributário (confirmada); CLAUDIO TARTARINI, Representante da Associação Brasileira de Telesserviço - ABT (confirmado); DAVI FERREIRA GOMES BARRETO, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (confirmado); MÁRIO SÉRGIO, Superintendente de Economia da Confederação Nacional das Indústrias - CNI (confirmado); LINA SANTIN, Advogada Tributarista, Mestre em Direito Tributário e Doutoranda pela PUC-SP (confirmada); e CAMILA TAPIAS, Vice-Presidente Mulheres no Tributário (confirmada).

Encerrada

Anexo II, Plenário 02

04/06/2024 - terça-feira

09:00	PLEN - Plenário	
Sessão Não Deliberativa Solene		
Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem ao Dia Mundial Sem Tabaco Homenagem ao Dia Mundial Sem Tabaco	Encerrada
11:00	PLEN - Plenário	
Sessão Não Deliberativa Solene		
Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem ao dia mundial do meio ambiente Homenagem ao dia mundial do meio ambiente	Encerrada
09:00	GTRETRIB - Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)	
Audiência Pública		
Local	Objetivo	Status
	Modelo operacional do IBS e da CBS Audiência Pública Tema: Modelo operacional do IBS e da CBS Convidados: DANIEL LORIA, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (confirmado); MIQUEAS LIBÓRIO, Auditor Fiscal de Joinville/SC, representando a Confederação Nacional dos Municípios - CNM (confirmado); ROBERTO GOMES DE ALBUQUERQUE MELO JUNIOR, representante da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas - FNP (confirmado); RICARDO TEIXEIRA LEITE MOURÃO, Chefe de Gabinete da Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil (confirmado); CRISTINA MACDOWELL, Especialista Principal em Gestão Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (confirmada); GUSTAVO BRIGAGÃO, Presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA (confirmado); EDUARDO AUGUSTO MARCONDES DE FREITAS, Gerente Jurídico na Federação Brasileira de Bancos - Febraban (confirmado); ADRIANA ANGELOZZI, Diretora de Assuntos Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas - ABEVD (confirmada); PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos - ABIPAG (confirmado); GUILHERME HENRIQUE MARTINS SANTOS, Diretor de Assuntos Tributários da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico - ABCOMM (confirmado); PAULO AYRES BARRETO, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (confirmado); ARMANDO FERREIRA, Representante da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável - ADIAL Brasil (confirmado); CARLOS EDUARDO XAVIER, Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal - COMSEFAZ, LUIZ DIAS, Assessor Especial de Projetos Estratégicos da Secretaria da Fazenda de Alagoas - Sefaz-AL, e RICARDO NEVES PEREIRA, Subsecretário da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul - Sefaz-RS, representando o COMSEFAZ (confirmados); ALINE LARA, Especialista em Direito Tributário, representando a Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA (confirmada); ANA CAROLINA BRASIL VASQUES, Presidente Mulheres do Tributário (confirmada); MARIA JULIANA FONSECA, Advogada e Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (confirmada); MARCELA CUNHA GUIMARÃES, Doutora e Mestre em Tributário Pela PUC/SP, Professora da Universidade Federal de Uberlândia e Diretora da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB (confirmada); e RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO, Assessor do Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (confirmado).	Encerrada
Anexo II, Plenário 02		
09:30	CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	
Reunião Técnica		
Local	Objetivo	Status
	Encontro com Ministro da Pesca e Aquicultura Participantes: -Sr. ANDRÉ DE PAULA, Ministro da Pesca e Aquicultura - MPA; -Sr. GUSTAVO PIRES, Chefe de Gabinete do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA;	Encerrada
14:00	EVENTOS - Eventos	
Reunião Técnica		
Local	Objetivo	Status
Audatório Nereu Ramos	3º Encontro dos Produtores Brasileiros de Leite, promovido pela Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite.	Cancelada

14:00 **CEENERG - Comissão Especial para estudo, avaliação e acompanhamento das iniciativas e medidas adotadas para transição energética - Fontes Renováveis e Produção de Hidrogênio Verde no Brasil**

[Seminário](#)

Local	Objetivo	Status
	Minerais Críticos e Estratégicos: Desafios e Fomento à Produção Seminário Tema: Minerais Críticos e Estratégicos: Desafios e Fomento à Produção Programação 14h - Apresentação do Estudo sobre "Os Fundamentos para Políticas Públicas em Minerais Críticos e Estratégicos no Brasil" SILVIA FRANÇA, Diretora do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, 14h30 - Paineis 1: Desafios para a Produção dos Minerais Críticos e Estratégicos Moderador: DEPUTADO ARNALDO JARDIM, Coordenador da Comissão de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde Palestrantes: ALEXANDRE REPLE, Gerente de Estratégia e Novos Negócios da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM; ANA CABRAL GARDNER, CEO e Co-Presidente da Sigma Lithium; HENRY JOSEPH JUNIOR, Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA; e FERNANDO LANDGRAF, Professor e Livre-Docente em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP, 15h15 - Intervenção dos Deputados presentes 15h30 - Coffee Break 15h45 - Painel 2: Fomento à Produção Nacional de Minerais Estratégicos Moderador: DEPUTADO ZÉ SILVA, Coordenador da Frente Parlamentar Mista da Mineração Sustentável Palestrantes: VITOR SABACK, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia - MME; CARLOS OMILDO COLOMBO, Coordenador de Promoção da Concorrência da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda; PEDRO PAULO DIAS MESQUITA, Gerente de Inteligência de Mercado de Mineração e Transformação Mineral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e RAUL JUNGSMANN, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, 17h - Intervenção dos Deputados presentes 17h15 - Divulgação do Estudo do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM 17h30 - Encerramento Requerimento nº 6/2024, do Dep. Arnaldo Jardim	
Anexo II, Plenário 09		Cancelada

14:00 **GTGIBS - Grupo de Trabalho destinado a tratar do Projeto de Lei Complementar relativo ao Comitê Gestor e à distribuição da receita do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**

[Audiência Pública](#)

Local	Objetivo	Status
	Comitê Gestor e Distribuição da Receita IBS. Debater acerca do Comitê Gestor e distribuição da Receita IBS Convidados: 1) BERNARD APPY (Confirmado) Secretário Extraordinário da Reforma Tributária Ministério da Fazenda 2) MANOEL PROCOPIO JR. (Confirmado) Diretora da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária Ministério da Fazenda 3) CARLOS EDUARDO XAVIER (Confirmado) Presidente Conselho Nacional de Política Fazendária 4) RENATA DOS SANTOS (Confirmada) Secretária Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas 5) EUDES SIPPPEL (Confirmado) Consultor Confederação Nacional dos Municípios 6) GILBERTO PERRE (Confirmado) Secretário-Executivo Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos	
Anexo II, Plenário 09		Encerrada

14:30 **GTRETRIB - Grupo de Trabalho destinado a analisar e debater, no âmbito da regulamentação da reforma tributária, o PIP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS)**

[Audiência Pública](#)

Local	Objetivo	Status
-------	----------	--------

I) IBS e CBS sobre exportações e importações
 II) Regimes Aduaneiros especiais, Zonas de Processamento de Exportações e Regimes de Bens de Capital. Audiência Pública. TEMA: I) IBS e CBS sobre exportações e importações. II) Regimes Aduaneiros especiais, Zonas de Processamento de Exportações e Regimes de Bens de Capital. Convidados: FAUSTO VIEIRA COUTINHO, Subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal do Brasil (confirmado); SILVIA CRISTINA BARBOSA LEAL, Auditora-Fiscal da Receita Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul (confirmada); RENATO AGOSTINHO, Diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior e Secretário de Comércio Exterior Substituto do MDIC, e LUCIANA MIRANDA, Assessora da Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação do MDIC (confirmados); LUIZ ROBERTO PEROBA, Advogado e Sócio no Escritório Pinheiro Neto Advogados (confirmado); JONATHAN BARROS VITA, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (confirmado); JOSE AUGUSTO DE CASTRO, Presidente Executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB (confirmado); SANDRA PREVIATTI, Presidente da Associação das Empresas Usuárias de RECOF e OEA - AER (confirmada); GABRIELA ROSA, Representante da Associação Brasileira de Terminais Portuários - ABTP (confirmada); MATIAS LOPES, Gerente Executivo Jurídico do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP (confirmado); NATÁLIA MARCASSA, CEO do MoveInfra - Movimento que reúne os seis maiores grupos de infraestrutura do País: CCR, EcoRodovias, Hidrovias do Brasil, Rumo, Santos Brasil e Ultracargo (confirmada); AUGUSTO BARRETO, Assessor da Diretoria da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior - ABECE (confirmado); ANDRÉ PACHECO, Diretor Tributário das Lojas Renner (confirmado); e JOÃO PAULO CAVINATTO, Advogado e Sócio no Lefosse Advogados (confirmado).

Anexo II, Plenário 02

Encerrada

14:30

CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 05	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta
 Ordem: 2

CD PL 1228/2023 - (ORDINARIA)

Autor(a): João Daniel (PT/SE)

Dispõe sobre aquisição, pelas distribuidoras, de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e microempreendedor individual enquanto durar o financiamento dos equipamentos.

Despachos: CICS -> CAPADR -> CME -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Helder Salomão (PT/ES)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela aprovação deste, e do PL 3066/2023, apensado, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR □

ARGUMENTAÇÃO

Cria incentivos para reduzir custos com energia elétrica, como estratégia para fortalecer pequenos empreendedores e agricultores familiares. A proposta visa financiar equipamentos de geração de energia e permitir o uso dos créditos gerados para amortizar esses financiamentos, aliviando assim o peso financeiro sobre esses grupos, promovendo autossuficiência energética e sustentabilidade. Foi apresentado o PRL nº 3, que mantém as ressalvas do PRL nº 2 sobre a limitação da obrigação de aquisição do crédito de energia pelas distribuidoras aos créditos da central consumidora-geradora enquanto não quitada a operação financeira do tomador. A principal mudança proposta no novo parecer, está na alteração está na forma como os recursos do BNDES são direcionados para financiar projetos de micro e minigeração distribuída: anteriormente, eram estabelecidos percentuais fixos, e agora passa a uma priorização com base na demanda existente. A nova abordagem pode oferecer mais oportunidades de financiamento conforme a demanda cresce, potencialmente beneficiando um número maior de pequenos produtores e empreendedores ao longo do tempo, se a demanda justificar um aumento nos recursos.

Resultado:

Lido o Parecer do Relator, Deputado Helder Salomão, pelo Deputado Jorge Goetten. Aprovado o Parecer.

15:00 **PEC04423 - Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2023, do Sr. Bibó Nunes e outros, que "adiciona o parágrafo 9ºB ao artigo 166 da Constituição Federal para permitir o emendamento em reserva, de 5% para o uso em catástrofes e emergências naturais"**

[Audiência Pública e Deliberação](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	PEC 044.23 - Emenda orçamentária para emergências naturais. Convidados: - DELTON CARVALHO - Professor de Direito Ambiental da UNISINOS (confirmado); - ALESSANDRA CARDOSO - Assessora Política do Instituto de Estudos Socio Econômicos - Inesc e Integrante do Observatório do Clima (confirmada); - GLIVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA - Diretor Substituto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe (confirmado); - ANTONIO ZAYEK - Consultor Ambientalista (confirmado). Req. 6/2024, de autoria do Deputado Gilson Daniel II- Deliberação de Requerimentos	Encerrada (Final)

15:00

CASP - Comissão de Administração e Serviço Público

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 08	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 1

CD REQ 55/2024 CASP - (DIVERSOS)

Autor(a): Adriana Ventura (NOVO/SP)

Requer a realização de audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 5.016/2013, que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL □

Resultado:

Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados, a pedido do Deputado Prof. Reginaldo Veras: Representante do Conselho Federal de Corretores de Imóveis e Representante do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

15:00 SUBZPE - Subcomissão Especial das Políticas Públicas das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 04	Discussão e votação de propostas legislativas - Plano de Trabalho da Subcomissão ZPE	A Cancelada

16:00 CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 8

CD PL 8262/2017 - (ORDINARIA)

Autor(a): André Amaral (PROS/PB)

Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Despachos: CSPCCO -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 554/2019, 4.433/2023, 10.140/2018, 942/2019, 5.040/2019, 6.193/2019, 1.090/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.589/2021, 1.226/2022, 2.946/2022, 1.052/2023, 1.276/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.800/2023, 4.370/2023, 1.361/2023 e 1.394/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR ☐

ARGUMENTAÇÃO:

O parecer do relator de nº 7 na CCJC recomenda o não avanço do Projeto de Lei principal, PL 8.262/17, devido ao enunciado da proposição que permite ao proprietário esbulhado solicitar assistência policial para remover os invasores, **desde que** apresente uma escritura pública comprovando a propriedade do imóvel. Nesse sentido, o texto do PL nº 10.010/2018 é mais apropriado, pois permite ao possuidor turbado ou esbulhado manter-se ou restituir-se por sua **própria força**, ou solicitar assistência policial, sem necessidade de ordem judicial, desde que o faça imediatamente e restrinja seus atos de defesa ou desforço ao mínimo necessário para a manutenção ou restituição da posse. Essa flexibilização é fundamentada na necessidade de proteger a posse legítima e assegurar a efetividade do direito, evitando que a burocracia ou entraves legais impeçam a defesa ou a retomada da posse de forma rápida e eficiente. Quanto aos vinte e três projetos de leis apensados, tratam de disposições sobre esbulho, questão já bem atendida pelo PL 10.010/18. Portanto somos favoráveis em prosperar o PL 10.010/18 e apensados, na forma do substitutivo pela CCJC.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 22

CD PL 4451/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): Marreca Filho (PRD/MA)

"Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais"

Despachos: CAPADR -> CCJC

Atual Relator(a): Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR ☐

ARGUMENTAÇÃO

Embora a redução dos espaços agrícolas nos Planos Diretores Municipais busque aumentar a arrecadação municipal por meio do IPTU, ela pode afetar negativamente os agricultores familiares, excluindo-os das políticas de apoio à agricultura. No entanto, é crucial destacar que, segundo o Estatuto da Terra, as propriedades classificadas como **imóveis rurais** continuam elegíveis para os benefícios da Lei 11.326/2006, mesmo em áreas urbanas. Essa definição oferece segurança jurídica para o financiamento da produção agrícola pelo agricultor familiar.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 23

CD PL 4609/2020 - (ORDINARIA)

Autor(a): Chris Tonietto (PL/RJ)

Altera o art. 12-A da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, acrescentando parágrafos a fim de limitar a extensão da aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO.

Despachos: CCJC

Atual Relator(a): Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR ☐

ARGUMENTAÇÃO

O projeto cristaliza a importância de regulamentar o controle de constitucionalidade por omissão para preservar a separação de poderes e assegurar uma atuação equilibrada do STF. Esta proposta é favorável porque visa prevenir que o Judiciário ultrapasse suas atribuições, assumindo funções que são prerrogativas do Legislativo. Ao estabelecer critérios objetivos e balizas claras, o projeto de lei promove a segurança jurídica e a previsibilidade, essenciais para um Estado Democrático de Direito. Além disso, ao conter o ativismo judicial, a proposta fortalece a democracia ao garantir que mudanças significativas na legislação sejam resultado de deliberação parlamentar, respeitando a vontade popular expressa através dos representantes eleitos. Isso ajuda a manter o equilíbrio entre os poderes, evitando a concentração de poder em uma única esfera, e reforça a legitimidade e a eficácia das normas jurídicas.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 25

CD PL 2168/2021 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jose Mario Schreiner (MDB/GO)

Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.

Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC

Atual Relator(a): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer

Parecer da Relatora, Dep. Coronel Fernanda (PL-MT), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 2.673/2021 e 2.853/2021, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA ☐

ARGUMENTAÇÃO

A redação atual do Código Florestal (Lei nº 12651/2012) só permite intervenções em APPs para obras de **utilidade pública**, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Portanto, o objetivo do projeto é considerar como de utilidade pública, as obras de infraestrutura e dessedentação animal, incluindo barramentos ou represamentos de água que causem intervenção ou supressão da vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APP). Isso se deve à dificuldade de construir reservatórios de água para irrigação nessas áreas, o que é um obstáculo para o crescimento da agricultura irrigada no Brasil.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

15:00
Objetivo
Local
Status

06/06/2024 - quinta-feira

15:00

PLEN - Plenário

[Sessão Não Deliberativa Solene](#)

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Homenagem à Cultura e à Música Sertaneja Homenagem à a cultura e música sertaneja	Agendada

10:00

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

[Seminário](#)

Local	Objetivo	Status

Políticas Públicas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil Seminário “Políticas Públicas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil” REQ 14/2024 CMADS, do Deputado NILTO TATTO - (PT/SP) Convidados ELIANE IGNOTTI - Presença confirmada Coordenadora - Geral de Vigilância e Saúde Ambiental do Ministério da Saúde - (MS) ADRIANA AMARAL - Presença confirmada remota Analista Ambiental - SNPCT - DGA (MMA) CÁSSIO MURILO TROVATTO - Presença confirmada Coordenador-Geral de Transição Agroecológica do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar- SAF (MDA) MÁRCIA MUCHAGATA- Presença confirmada Gerente de Projeto do Gabinete da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social - SESAN (MDS) MARIA AUGUSTA RODRIGUES — Presença confirmada Coordenadora de Reavaliação da GEMAR-GGTOX (ANVISA) ANDERSON AMARO SILVA DOS SANTOS - Presença confirmada Conselheiro do Movimento de Pequenos Agricultores do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - MPA (CONSEA) ROGÉRIO PEREIRA DIAS - Presença confirmada Presidente do Instituto Brasil Orgânico na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) FRANCILEIA PAULA - Presença confirmada Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos ERIVAN SILVA - Presença confirmada Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos RENATO ROSENO - Presença confirmada remota Deputado Estadual do Ceará MARQUITO - Presença confirmada remota Deputado Estadual de Santa Catarina REPRESENTANTE - Não comparecerá Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura - SDA (MAPA)

Anexo II, Plenário 04 Encerrada (Final)